

CONEXÕES ATLÂNTICAS: ARQUEOLOGIAS DO COLONIALISMO

Francisco Silva Noelli^a
Marianne Sallum^b
Tânia Manuel Casimiro^c

a Universidade de Lisboa, doutorando e investigador do Centro de Arqueologia (UNIARQ), apoio financeiro FCT: 2020.05745.BD. University of Massachusetts-Boston, pesquisadora visitante no New England Indigenous Laboratory. Universidade de São Paulo, pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente (LEVOC), Museu de Arqueologia e Etnologia, apoio financeiro FAPESP: 2019/18664–9. E-mail: francisconoelli@edu.ulisboa.pt.

b Universidade de São Paulo, pós-doutoranda do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente (LEVOC), Museu de Arqueologia e Etnologia, apoio financeiro FAPESP: 2019/17868–0, 2019/18664–9. University of Massachusetts-Boston, pesquisadora visitante no New England Indigenous Laboratory, apoio financeiro BEPE-FAPESP: 2021/09619-0. Universidade de Lisboa, investigadora no Centro de Arqueologia (UNIARQ). E-mail: marisallum@usp.br.

c Universidade Nova de Lisboa, pesquisadora e professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades (FCSH), apoio financeiro: DL57/2016/CP1453/CT0084. E-mail: tmcasimiro@fcs.unl.pt.

Dedicado a Jaider Esbell Makuxi, artista e ativista indígena

A luta contra todas as formas de desigualdade deve ser de todxs aquelas que não querem mais viver sob ordenações políticas e jurídicas exauridas, fundadas nas práticas da colonialidade, nem terem as suas economias e ambientes geridos de forma insustentável para benefício de poucos. O movimento precisa do diálogo inteligente e incansável pelo bem comum, fundamentado na garantia da manutenção dos saberes que sustentam a diversidade das formas humanas de ser e estar na Terra. Este é um dos caminhos possíveis para uma agenda da Arqueologia internacional, dedicada a compreender a história das condições de vida, de colaboração e de trabalho no passado, contribuindo para reforçar a memória, os territórios e as identidades das comunidades contemporâneas, como sugeriram há alguns anos os nossos colegas Luís Symanski e Andres Zarankin (2014), catalizando uma perspectiva compartilhada por muitxs ao redor do mundo.

A compreensão pública do colonialismo e do colonialismo interno é decisiva neste período de retrocesso na autodeterminação dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais em vários países. O movimento pelos direitos civis não pode parar e nem permitir o desmonte das instituições e órgãos públicos e não-governamentais que vêm trabalhando para o bem-estar e soberania destes povos. A comunidade da Arqueologia é heterogênea em seus interesses, mas precisa de uma agenda com soluções para enfrentar a degradação institucional e jurídica dos governos, para atuar somando esforços contra a regressão no processo que vinha reduzindo desigualdades e nivelando os direitos civis para todos.

Nesta direção, o dossiê reúne autorxs da Argentina, Brasil, Equador, Estados Unidos, Guiana e Portugal que trazem a Arqueologia do Colonialismo em seu campo de visão analítica. Foram considerados diversos lugares ao redor do Oceano Atlântico e fora dele, como no Oceano Pacífico, buscando compreender as relações locais e globais, os deslocamentos voluntários e forçados, os seus motivos distintos e os efeitos que ainda reverberam no presente. Os artigos também compartilham da consideração de que a Arqueologia “surge colonial e conserva colonialidades, seja na teoria como na prática” (HARTEMANN; MORAES, 2018, p. 11), sendo necessário atuar para descolonizá-la.

São apresentadas reflexões e análises críticas sobre o uso, eficácia e durabilidade de alguns conceitos, assim como aspectos mais gerais em torno do pensamento histórico e crítico do colonialismo no meio acadêmico peninsular, em Portugal e Espanha. São destacadas perspectivas sobre o lugar de fala, criticando a colonialidade na produção do conhecimento e no seu impacto nas diretrizes da educação formal, considerando como alternativa a “reeducação” individual, para que surjam novas práticas sobre direitos civis e inclusão social que levem à extinção da desigualdade e dos preconceitos. A gentrificação, o direito à territorialidade e a

COMO CITAR ESTE ARTIGO

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne; CASIMIRO, Tânia Manuel. Conexões Atlânticas: Arqueologias do Colonialismo. Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.37, p.07-16, Jan-Jun. 2022.

preservação ambiental das comunidades também estão presentes, como aspectos centrais da vida autodeterminada, da estabilidade das linhagens de conhecedorxs, da segurança alimentar, da igualdade entre gêneros, dos saberes tradicionais e da colaboração como fundamento das relações sociais. Também se aborda a herança do colonialismo na globalização de materialidades, na gestão pública, na desestruturação das redes sociais, na manutenção das desigualdades e na violência contra os corpos transformados em “desaparecidos” pela burocracia estatal. A lente da persistência foi acionada para pensar como pessoas e comunidades indígenas e afrodescentes de diferentes lugares do Brasil e dos Estados Unidos, articularam práticas e materialidades “à luz de novas realidades sociais e políticas do colonialismo” (PANICH et al., 2018).

A ideia do dossiê surgiu durante o curso *Construindo uma Arqueologia Brasil/Portugal: pessoas, materialidades e colonialismo*, organizado em 2021 pelxs editorxs deste volume, como atividade do projeto temático FAPESP coordenado por Astolfo Gomes de Mello Araujo, realizado no Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente, no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, em 2021 (<https://www.youtube.com/playlist?list=PL3QczBZ6WxxnWkOZaXGXI1fD3RxX6QWTB>). A proposta inicial foi estabelecer uma rede contínua de troca de conhecimentos e realização de debates entre as comunidades da Arqueologia do Brasil, Portugal e dos Estados Unidos, pois existe muito espaço para o aprendizado mútuo. Contudo, sendo evidente que as conexões atlânticas envolvem todas as nações da África, Américas e Europa (mais a Ásia), este dossiê é apenas o passo inicial para outras iniciativas para atrair colegas interessados na Arqueologia do Colonialismo.



Nós queremos apresentar os integrantes do dossiê, começando pela arte de Yacunã Tuxá na capa desta edição dos Cadernos do Lepaarq, com uma mensagem sobre a ancestralidade das pessoas e dos saberes tradicionais, um tema cada vez mais central na Arqueologia do Colonialismo (a arte gráfica da capa é de Andrea Pedro). Uma das ilustrações representa três mulheres, intitulada as “Guardiãs do Sagrado” (2021); a outra, denominada “Memória” (2021), mostra duas mulheres protegendo-se contra a Covid-19. A terceira imagem é a homenagem dela aos seus avós Jonório e Bezinha, celebração da “herança maior que me deixaram: a força para seguir lutando. Sei que minha avó, com todo o seu poder de cura, segue me guiando lá do reino dos encantados, assim como o grande Cacique Jonório, meu avô, me guia e rege para o caminho do bem e da verdade”. Yacunã produz arte que materializa a busca pela descolonização e pela reeducação no caminho dos direitos civis e, como ela mesma diz, luta “como forma de marcar o seu lugar no mundo”. Ela apresenta-se como “uma ativista e artista indígena pertencente ao povo Tuxá de Rodelas, extremo norte baiano. Estuda Letras Vernáculas com Língua Estrangeira Moderna (Português e Espanhol), pela Universidade Federal da Bahia (ILUFBA); é ilustradora, desenhista, pintora e colagista. Destaca-se por suas ilustrações digitais que retratam, principalmente, as mulheres indígenas no exercício de existir, articulando estratégias de proteção do corpo, espírito e território” (www.yacuna.com.br).

O dossiê começa com um ensaio de Jaider Esbell Makuxi, homenageando a memória e a criatividade intelectual do ativista e pensador crítico do colonialismo, autor de importantes trabalhos artísticos e crítica filosófica. Ele iria produzir um artigo inédito para esta publicação, mas partiu precocemente para junto dos “encantados”. Nós conhecemos as suas ideias e obras artísticas antes de conhecê-lo pessoalmente em 2021, na 34ª Bienal de São Paulo (Sallum e Noelli), quando tivemos a oportunidade de sermos “vizinhos” das suas pinturas “A guerra dos Kanaimés” (<http://34.bienal.org.br/artistas/7339>), no Pavilhão da Bienal no Parque do Ibirapuera, quando a Cerâmica Paulista foi um dos enunciados do evento (<http://34.bienal.org.br/enunciados/9074>). Nesta Bienal passaram presencialmente mais de 400 mil pessoas e, digitalmente, foram mais de 2,7 milhões de visualizações. Então, para tê-lo conosco aqui, com a sua mensagem duplamente contemporânea e ancestral, escolhemos o ensaio *Autodescolonização, uma pesquisa pessoal no além coletivo*, refletindo-propondo como reconhecer o nosso lugar e reeducar os nossos sentidos sobre a natureza e as pessoas que nos rodeiam.



Em *Colonialismo na Arqueologia Histórica: uma revisão de problemas e perspectivas*, Stephen W. Silliman aborda didaticamente o papel fundacional do colonialismo nas pesquisas de arqueologia histórica. São destacados teorias, conceitos e terminologias que foram acionados em diferentes tempos e lugares, examinados sob uma crítica densa dos seus “avanços analíticos e limitações teóricas”, a exemplo de contato cultural, colonialismo, persistência, sobrevivência, etnogênese, etc, incluindo as consequências do seu uso “para as comunidades que vivem e vivenciam mundos coloniais”. O artigo ultrapassa construção da arqueologia histórica, examinando problemas diversos e sugerindo soluções para preencher lacunas e construir pontes sobre vazios deixados pelo colonialismo, cujos efeitos na construção do conhecimento eliminaram ou reduziram possibilidades de reconhecer a relação entre povos indígenas e da diáspora africana. Entre tantos temas a serem investigados, resta garantir que o amplo espectro de pesquisas sobre o colonialismo inclua o estudo dos colonizadores. Não há pretensão de equilibrar as interpretações dos diversos “lados” quando ainda é necessário “compensar séculos de privilégio europeu e branco”, desde que as pessoas da arqueologia tenham o colonialismo em seu radar analítico.

Ao considerar a importância de estabelecer “formas alternativas à lógica colonial”, Irislane Pereira de Moraes, Luciana Alves Costa e Luciana Lopes de Jesus, buscaram pressupostos na afroreferencialidade, na ancestralidade e na representatividade etnico-racial para fundamentar a sua abordagem teórico-metodológica. Assim produziram um modelo relevante para empur-

rar a construção do conhecimento para novos patamares no Brasil, com o artigo *Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiaspóricas: experiências no território quilombola dos povos do APRO-AGA - Amazônia Paraense*. Além dos temas de interesse da arqueologia, o texto abriga reflexões e enunciados que transcendem os “modos ocidentais de pesquisar e de pensar”, inspiradores para novas abordagens que integrem sociabilidade, biointeração, cosmopercepções e epistemologias negras.

A concepção de que as relações coloniais afetaram apenas os territórios fora da Europa, longe dos países colonialistas que investiram no Atlântico, é algo que María Ximena Senatore e Pedro Paulo Funari analisam em *Narrativas Insulares na Arqueologia do Colonialismo Moderno Espanhol e Português. Problemas e Perspectivas*. Ao examinar as ideologias e teorias produzidas em Portugal e Espanha, o texto reflete sobre as narrativas que silenciaram os efeitos do colonialismo dentro da Península Ibérica até os dias atuais. Entre tantos argumentos importantes, destacamos a consideração de que o abandono da tradicional análise unidirecional vai marcar o final das limitações teóricas criadas pela própria academia europeia, como a consideração de que o colonialismo era um problema dos outros, em outros continentes.

Novas perspectivas para interpretar o registro arqueológico em contexto colonial marcam o texto de *Juntando cacos: persistência e reexistência nas práticas cerâmicas do vale do Guaporé*, de Louise Cardoso de Mello. É um exemplo bem-sucedido que supera modelos de pesquisa eurocentrados e dedutivos, comumente baseados em “binômios-excludentes: extinção-assimilação, opressão-resistência ou mudança-continuidade”, procurando analisar criticamente todas as informações possíveis para compreender a história local e a sua inserção em um contexto mais alargado, incluindo a própria construção do conhecimento acadêmico. O uso de dados históricos e das memórias dos moradores da área para analisar o registro arqueológico do Forte Príncipe da Beira, abre um imenso leque de opções teórico-metodológicas para compreender contextos socialmente complexos.

Em *Conexões Atlânticas e Persistências Indígenas: Uma Perspectiva da Califórnia sobre as relações coloniais na Califórnia*, Lee M. Panich destaca como a “memória coletiva da Califórnia está repleta de conexões atlânticas”. Ele considera as abordagens arqueológicas um meio possível para compreender “os impactos da colonização euro-americana” e, principalmente, a persistência indígena no presente. São destacados três contextos coloniais: 1) os “primeiros contatos” (séc. XVI); 2) o estabelecimento das redes de missões religiosas (séc. XVIII); 3) a violência contra os povos indígenas após o controle da Califórnia pelos Estados Unidos (séc. XIX). A lente da persistência é acionada para compreender tanto as “tradições culturais duradouras” e os laços nativos com os lugares ancestrais, quanto a “incorporação de novas formas de materiais e relações sociais”. Contudo, ressalta que ainda há muito trabalho para “situar o colonialismo europeu dentro dos lugares, relacionamentos e visões de mundo duradouros” mantidos pelos povos indígenas nos **últimos 530 anos**.

A partir de um estudo com comunidades da sua própria terra, Gabby Omoni Hartemann navega com segurança para “abordar criticamente a colonialidade arqueológica” em *Escavando*

a Violência Colonial: Arqueologia Griótica e Engajamento Comunitário na Guiana. O artigo destaca a “necessidade urgente de mudanças epistemológicas” na construção do conhecimento arqueológico. É uma reflexão densa que contesta francamente o monótono e desigual/excludente *status quo* intelectual hegemônico das teorias/concepções que povoam a produção, a ação e as relações acadêmicas. Porém, o artigo ultrapassa a construção do conhecimento, mostrando que onde não há profundas modificações nas relações sociais, econômicas e políticas, a violência epistêmica será perpetuada, a exemplo da Guiana como colônia francesa neste momento.

Em *Uma arqueologia das formas de abandono: colonialidade e a construção da cidadania na morte*, Márcia Lika Hattori reflete sobre a “cidadania da morte” nos corpos “desconhecidos” pela burocracia estatal. É tema que abrange a irradiação da violência de Estado através do “desaparecimento administrativo”, da naturalização da morte e da falta de plenos direitos civis, marcados por ações opressoras sustentadas pela racialização e racionalização que perpetuam a colonialidade no presente. Estes são alguns aspectos de uma longa lista que balizou uma arqueologia da necropolítica para evidenciar formas de violência estrutural, derivadas de políticas estatais deliberadas e sistemáticas sobre grupos específicos, ao invés de conflitos ou formas mais diretas de violência, como o desaparecimento forçado.

No artigo *Era uma vez a lembrança de uma árvore chamada “do esquecimento”*, Renato Araújo da Silva faz uma reflexão crítica fundamentada nas suas perspectivas da filosofia e da curadoria de Arte Africana Brasileira, relevantes para diversas interpretações da Arqueologia Histórica e do Colonialismo. É um texto duplamente útil, tanto para arqueólogos, quanto para estudantes e pesquisadoras em início de carreira, sob o argumento que alguns temas recorrentes poderiam ser investigados com outros pressupostos. Ele pergunta:

Quanto não seriam os fatos subjetivos (provocados pelo hiato da escravidão) entre um passado africano “perdido” e um “artefato” afro-brasileiro recuperado? Como seria possível, dentro desta “arqueologia da memória” fazer recuperar o elo entre dois pontos desconectados tão violentamente a ponto de que seus registros arqueológicos significarem prontamente, antes de qualquer coisa, provas deste crime? Seria possível recuperar pelos métodos vigentes que nos tem legado a arqueologia alguns dos padrões recorrentes entre esses dois pontos hoje tão contrastantes? Que espécies de abordagens científicas e metodologias consistentes seriam capazes de dar conta da reconstrução da espacialidade e territorialidade africana no Brasil?

As materialidades europeias, especialmente as portuguesas, estão no centro de vários estudos coloniais desenvolvidos ao redor do Atlântico. O seu reconhecimento, tanto formal como decorativo e cronológico têm sido pontos chave para compreender os variados discursos relacionais através de objetos. Foi isso que fez Tânia Casimiro através do artigo *Porque importa saber de cerâmica portuguesa no colonialismo Atlântico?* Ela procurou debater o impacto da cerâmica portuguesa no espaço atlântico, qual a sua conjugação com outras materialidades e como ela suscita questões sobre produção, propriedade e identidade. Ao longo do artigo são evidenciadas diferentes tipologias que podem ser úteis na identificação destas vasilhas, considerando cerâmicas vidradas, não vidradas e as suas decorações.

Em *Narrativas da Paisagem Histórica Afroecuatorialiana em La Concepción (Carchi-Ecuador)*,

Daniela Balanzatégui revela o desencontro da “história oficial” da “mestiçagem” branca e indígena com as memórias de mulheres e suas materialidades em uma comunidade afroequatoriana. A historiografia tradicional cumpriu o seu papel colonialista de prender essas pessoas em um passado escravizado, ignorando o presente e as formas como são manejadas as paisagens e as materialidades, usando de forma consciente ou inconsciente o discurso histórico oficial e as práticas de proteção do patrimônio cultural. O texto faz uma aproximação cultural ao fenômeno da diáspora e mostra como as pessoas atuaram criticamente, recusando o apagamento das suas comunidades.

O artigo *Por uma “aliança afetiva” entre a Arqueologia e os Saberes Tradicionais: Contribuições para o entendimento da sociedade moderna no Brasil*, destaca o grande potencial da arqueologia para desenvolver perspectivas não-usuais em afinidade com os “conhecedores” indígenas, afrodescendentes e tradicionais. O argumento de Marianne Sallum é abandonar a colonialidade e o seu “olhar distanciado”, buscando outras dimensões de diálogo e aprendizado com os diversos “saberes tradicionais”, incluindo o estímulo para as comunidades terem os seus próprios arqueólogos. A partir da noção da arqueologia da persistência das comunidades de práticas cerâmicas, mostra como as mulheres articularam práticas e materialidades, transmitindo conhecimentos ao longo dos últimos cinco séculos em São Paulo.

A materialidade de um importante centro de produção agrícola na Baía da Guanabara é explorada no artigo *A cerâmica do período colonial do Vale do Macacu, Rio de Janeiro: uma perspectiva diacrônica*. Após investigar a variabilidade diacrônica das cerâmicas de 4 sítios ocupados entre os séculos XVII e XIX, Cleide Coelho Trindade e Marcos André Torres de Souza concluíram que houve um processo de etnogênese a partir da agência criativa na produção de vasilhas. O processo de longa duração começa com forte influência indígena, devido ao seu predomínio demográfico, configuração que foi sendo gradativamente modificada com o ingresso de pessoas africanas, cujo reflexo é notado na formação do registro arqueológico a partir da segunda metade do século XVII, sempre aumentando nos períodos posteriores. Contudo, foi possível perceber continuidades que coexistiram com as mudanças, consideradas como expressão de persistência em meio a negociações culturais e sociais com os novos grupos, dando “origem a novas e inéditas formas de expressão cultural”.

A abordagem dos artigos *De São Vicente a Jacarepaguá: uma genealogia de mulheres Tupiniquim e a itinerância da Cerâmica Paulista* (Sílvia A. Peixoto, Francisco S. Noelli e Marianne Sallum) e *“Política da consideração” e o significado das coisas: a persistência de comunidades de práticas agroflorestais em São Paulo* (Marianne Sallum e Francisco S. Noelli), mostra dois extremos cronológicos das trajetórias de pessoas Tupiniquim e paulistas em lugares e tempos diferentes. No contexto arqueológico escavado no Engenho do Camorim, analisado com fontes históricas e genealógicas do lugar, encontrou-se a conexão direta entre a linhagem de mulheres ceramistas que viveram ali com as suas parentes e afins relacionadas às primeiras produtoras da Cerâmica Paulista na área de São Vicente, antes de 1550. Noutro contexto, no litoral paulista do século XIX ao presente, foram encontradas outras linhagens que conectam o presente com as Tupiniquim do

passado, sobretudo seus descendentes que hoje se chamam de Tupi e Tupi Guarani.

A entrevista de Bruno Pastre Máxima, Marília Oliveira Calazans e Ramón Sarrò, mostra aspectos da atuação de pesquisadores da Universidade de Coimbra no processo de elevação de Mbanza Congo à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2017. Elxs entrevistaram a coordenadora do projeto de arqueologia Maria da Conceição Lopes, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, falando sobre o importante trabalho realizado no Zaire, onde está situada a cidade e as pessoas que ali têm o lugar de suas memórias ancestrais.

O dossiê publica resenhas sobre dois livros importantes para a temática a que se destina, coletâneas com textos de diversxs autorxs, relatando pesquisas em vários países, trazendo novas direções sobre o Arqueologia do Colonialismo e Arqueologia Histórica e Ambiente, incluindo relevantes teorias, métodos, reflexões e críticas. Sílvia Alves Peixoto analisou *The Routledge Handbook of the Archaeology of Indigenous-Colonial Interaction in the Americas* (2021), editado por Lee M. Panich e Sara L. Gonzalez. Sarah Hissa tratou do *Historical Archaeology and Environment* (2018), editado por Marcos André Torres de Souza e Diogo Menezes Costa.

Por fim, agradecemos a Louise Cardoso de Mello, Gabby Omone Hartemann e João Carlos Moreno de Sousa, pela generosidade e empenho para fazer precisas e cuidadosas traduções dos artigos de Steve Silliman, Lee Panich e Marianne Sallum & Francisco Silva Noelli.

AGRADECIMENTOS

Aos editores do Cadernos do Lepparq Rafael Milheira, Gustavo Peretti Wagner e Fábio Vergara Cerqueira, pelo acolhimento do dossiê e a tolerância com os prazos não cumpridos. A Astolfo Gomes de Mello Araujo, pelo estímulo constante e por incluir as atividades que geraram este dossiê no seu Projeto Temático FAPESP, *A ocupação humana do sudeste da América do Sul ao longo do Holoceno: uma abordagem interdisciplinar, multiescalar e diacrônica* (Processo FAPESP 2019/18664-9). Aos mais de 20 pareceristxs que deram suas pertinentes contribuições em seus *peer reviews*. Axs autorxs que gentilmente ofereceram o resultado das suas pesquisas e fizeram as oportunas resenhas e a importante entrevista. Às amigas Agda Sardinha, que deu importante apoio intelectual e afetivo ao longo do processo editorial, e Andrea Pedro que gentilmente produziu a arte final da capa, unindo o padrão da revista com as ilustrações de Yacunã Tuxá. Este trabalho de edição do dossiê foi financiado por fundos brasileiros através da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (M. Sallum, bolsas 2019/17868-0, 2019/18664-9, 2021/09619-0); e fundos portugueses através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (T. M. Casimiro, apoio financeiro DL57/2016/CP1453/CT0084; F. S. Noelli, bolsa 2020.05745.BD).

REFERÊNCIAS

- HARTEMANN, Gabby; MORAES, Iris. Contar histórias e caminhar com ancestrais. *Vestígios. Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica* v.12, p. 9-34, 2018.
- PANICH, Lee M.; Rebecca Allen; Andrew Galvan. The Archaeology of Native American Persistence at Mission San José. *Journal of California and Great Basin Anthropology*, v. 38, n. 1, p. 11-29, 2018.
- SYMANSKI, Luis; ZARANKIN, Andres. Brazil: Historical Archaeology, Claire Smith (ed.), IN *Encyclopedia of Historical Archaeology*, New York: Springer, 2014, pp. 998-2005.